

A Hegemonia do Agronegócio e o Sentido da Reforma Agrária na Atualidade

Kelli Cristine de Oliveira Mafort

Como citar: MAFORT, K. C. D. O. A Hegemonia do Agronegócio e o Sentido da Reforma Agrária na Atualidade. *In* : SIMONETTI, M. C. L. (org.). **Territórios, Movimentos Sociais e Políticas de Reforma Agrária no Brasil**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p.83-96. DOI: <https://doi.org/10.36311/2015.978-85-7983-714-2.p83-96>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

A HEGEMONIA DO AGRONEGÓCIO E O SENTIDO DA REFORMA AGRÁRIA NA ATUALIDADE

Kelli Cristine de Oliveira Mafort

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO CAMPO: O AGRONEGÓCIO

No Brasil, ao final dos anos de 1970, as atividades desenvolvidas no campo ainda estavam profundamente impactadas pelo processo de modernização imposto pela Ditadura Militar desde 1964, processo esse que enfatizava o avanço da técnica - principalmente através do pacote tecnológico conhecido como Revolução Verde - sem promover qualquer alteração significativa em sua estrutura fundiária. Ou seja, uma modernização conservadora, sem reformas profundas dentre as quais se destaca a Reforma Agrária.

O ciclo de modernização conservadora no campo contribuiu para o desenvolvimento econômico do país baseando-se nos velhos esquemas políticos, de caráter marcadamente concentrador, privilegiando grandes proprietários. No entanto, o início da década de 1980 apontava para alguns sérios sinais de crise e estagnação.

Contraditoriamente, na medida em que ficavam cada vez mais aliados dos benefícios do Estado, os pequenos proprietários, os trabalhadores temporários e os trabalhadores rurais sem terra intensificavam sua capacidade de organização, provocando tensões sociais visando alterar o modelo agrí-

cola predominantemente concentrador. Sua maior e mais vigorosa exigência era a retomada imediata de uma política de Reforma Agrária.

A questão já havia sido muito fomentada no Brasil principalmente nas duas décadas que antecederam o período da Ditadura Militar, por diversas correntes políticas e teóricas. O passivo produtivo no campo ocupou a pauta dos debates acerca do desenvolvimento brasileiro e a resposta a esse impasse veio das Ligas Camponesas, do Partido Comunista Brasileiro e de parte da intelectualidade em torno da Reforma Agrária como uma necessidade real. No entanto, ao contrário desta aspiração, manteve-se no Brasil uma concentrada estrutura fundiária herdada pelas capitânicas hereditárias, pelas sesmarias e mais tarde pela Lei de Terras de 1850.

Todas as tendências que lutavam pela realização da Reforma Agrária foram derrotadas pelo regime militar que se impôs pela força e pela coerção. No entanto, no bojo do processo de redemocratização do país - ou abertura política -, a questão da Reforma Agrária volta a fazer parte da pauta das reivindicações populares de forma relevante.

Vale salientar ainda que a questão agrária volta para o centro do debate político, fortemente impulsionada pelas lutas em prol da democratização de um país que já começava a sentir os efeitos da forte crise econômica que abalava não só o Brasil, mas várias regiões do mundo.

Na década de 1980, quando o debate foi reaberto, a Reforma Agrária e seu conteúdo de mudanças estruturais voltaram para o curso da história como uma possibilidade de caminho a ser seguido no projeto de desenvolvimento do país. No entanto, diversos fatores contribuíram para a reconstrução do velho caminho brasileiro baseado no aprimoramento da modernização técnica de caráter conservador.

Entre esses fatores, teve influência fundamental o apelo internacional, com o avanço do neoliberalismo, a adequação dos países à nova ordem mundial e o fortalecimento da hegemonia capitalista, principalmente em face da derrocada das experiências socialistas na URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) e no leste europeu.

Na prática, o que se pôde verificar foi a abertura de um período de ajustamento do Brasil à ordem neoliberal, predominante em escala mundial. E no caso do campo, passado o longo período de estagnação,

vem a ocorrer uma retomada de seu desenvolvimento tendo como base o fortalecimento do modelo conhecido como agronegócio, de onde a grande exclusão ficará por conta, mais uma vez, da política ampla de Reforma Agrária.

Novamente, o caminho escolhido, apesar de não trazer qualquer alteração mais profunda na estrutura fundiária concentradora de terras e riquezas, proporcionou um cenário bastante diverso daquele que se verificava no início da década de 1980. Ou seja, o novo processo será movido por uma agressiva modernização e industrialização do campo, sem a necessidade de trilhar o caminho da Reforma Agrária, conforme justificavam seus defensores em passado recente.

O problema apontado pela burguesia industrial acerca dos chamados “ativos imobilizados” presentes nas áreas improdutivas do campo encontrou sua solução na modernização articulada pela própria da burguesia agrária em conjunto com demais e decisivos setores da economia: os crescentemente fortalecidos bancos privados e as empresas transnacionais, para citar os mais importantes.

O problema das históricas áreas improdutivas sempre foi motivo de reivindicação dos movimentos sociais, que propunham a Reforma Agrária como projeto de desenvolvimento agrícola, em contraposição a estrutura fundiária, pautada desde o início da colonização, no latifúndio.

A existência do latifúndio permanece inalterada, seja ele improdutivo ou produtivo, e as elites mantêm sua hegemonia no campo. O que está sendo alterado é a assimilação deste passivo improdutivo pelo agronegócio, sem o desenvolvimento de nenhum processo democratizador de acesso à terra.

É na atual quadra histórica, quando se consolida este modelo de produção agrícola, que, em resposta ao latifúndio improdutivo e à deficiência do passivo produtivo de períodos anteriores, a questão agrária vem sendo proclamada como um caso resolvido no Brasil. Porém, essa suposta resolução do problema não traz qualquer alteração significativa na alta concentração da estrutura fundiária do país e, sobretudo, na questão da desigualdade social. Por isso mesmo é que o cenário hoje encontrado em nada se assemelha à expectativa que, desde os anos de 1980, se depositou

no cumprimento da função social da terra. Isso quer dizer que o atual processo de modernização do campo, pautado no ajustamento do Brasil à ordem sócio-política internacional do neoliberalismo não precisou trilhar o caminho de uma reforma burguesa no agrário.

Muito ao contrário. Por intermédio do agronegócio, intensificaram-se as atividades baseadas na monocultura, na concentração da terra e da riqueza social, na exploração da força de trabalho e na produção destinada à exportação. Tais características, já históricas do processo de produção agrícola no Brasil, vêm sendo ativadas por elementos exponenciais do atual padrão de acumulação do capital com destaque para a forte industrialização da agricultura, marcada, pela utilização da transgenia, da utilização intensiva de agrotóxicos e da exportação de commodities, sob o financiamento dos grandes bancos e com a presença de empresas transnacionais.

CONTRADIÇÕES DO AGRONEGÓCIO

É insuficiente afirmar que a base da modernização do campo brasileiro se deu através do agronegócio e não da Reforma Agrária se não explicitarmos as contradições que esse caminho coloca para a humanidade.

A atualidade de reprodução do capital vem impondo um cenário extremamente adverso para o pleno desenvolvimento da humanidade em suas várias dimensões. E ainda que a aparência do cotidiano não apresente a gravidade dos problemas, estamos vivendo um impasse bastante dramático: na sua forma atual o capital não consegue se reproduzir sem necessariamente criar forças destrutivas para a humanidade e, ao mesmo tempo, por outro lado, a mobilização das forças políticas e sociais, capazes de enfrentar essa realidade, encontra-se fragmentada e dispersa.

As ações do capital no campo, estão para além do enquadramento do que é considerado tipicamente como agrário, ou seja, o agro; segundo os movimentos sociais do campo, das águas e das florestas, nesta caracterização, devem ser incluídos o hidro negócio e o mineral negócio, agregados à análise do agronegócio.

Neste sentido, o agronegócio não tem como se desenvolver, sem necessariamente produzir destruição ambiental, apropriação dos recursos

naturais, relações de trabalho precarizadas e degradantes, e o aprofundamento de problemas sociais como o desemprego e a intensificação da expulsão dos trabalhadores do interior do país. Além disso, não produz alimentos, ao contrário, se ocupa em produzir agrotóxicos para envenenar os alimentos e tem as commodities de exportação, como exclusiva atividade.

O complexo agrário brasileiro impõe-se na atualidade como uma questão prioritária para o curso histórico da humanidade. E a própria Reforma Agrária somente voltará a ter relevância, caso consiga ser portadora de um projeto que não apresente somente soluções conjunturais, mas que altere efetivamente o curso desse modelo nefasto de desenvolvimento.

REFORMA AGRÁRIA E CAPITALISMO NO CAMPO: DA “TAREFA EM ATRASO” À “TAREFA SUPERADA”

Segundo Florestan Fernandes (1976), o desenvolvimento brasileiro deu-se de formal desigual e combinada, devido ao seu caráter dependente. A burguesia brasileira, integrada com os interesses do capital internacional, enterrou a possibilidade do desenvolvimento de uma nação, não realizando medidas próprias de uma revolução burguesa:

Uma sociedade capitalista que não realiza nenhum tipo de Reforma Agrária e na qual a revolução urbana se confunde, ou com a inchação, ou com a metropolização segmentada, terá de estar em débito com a revolução demográfica, com a revolução nacional e com a revolução democrática. (FERNANDES, 1976, p. 19).

Na interpretação de Florestan Fernandes, numa perspectiva de revolução proletária, é possível desencadear uma *revolução dentro da ordem* no sentido de lutar por necessidades humanas de caráter estrutural, que o capitalismo não pode resolver integralmente, mas que são constitutivas do seu próprio desenvolvimento.

No caso brasileiro, a burguesia não realizou tarefas básicas do desenvolvimento capitalista, entre elas, a tarefa da Reforma Agrária. Desta forma, essas tarefas foram constituindo-se como “tarefas em atraso”, que poderiam ser reivindicadas através de mobilização popular, com o objetivo de provocar tensionamentos para sua realização.

Ocorre que, com avanço do agronegócio, houve um processo de reativação produtiva do capital no campo e a Reforma Agrária foi perdendo espaço do ponto de vista do desenvolvimento capitalista.

Para Iasi (2009):

A Reforma Agrária não é uma tarefa que ficou em atraso no processo capitalista, e por tanto, trava o capitalismo, ela mais precisamente ficou para trás na ordem do plano do desenvolvimento capitalista em nosso país. O que nós vimos foi um profundo desenvolvimento do capitalismo no campo, do capital monopolista agrário, que é eufemisticamente chamado de agronegócio.

Na atualidade, o tema da Reforma Agrária tem sido questionado por parte da intelectualidade, apresentando como argumento principal a inviabilidade da questão no atual patamar de desenvolvimento da sociedade brasileira. Mas, sobre essa questão, também é necessário fazer uma distinção entre aqueles que apontam a superação da Reforma Agrária, do ponto de vista conservador, para fortalecer a estrutura fundiária concentradora existente e outros que apontam a necessidade de uma ressignificação do tema com vistas a uma profunda alteração do projeto hegemônico em curso.

[...] a luta por terra no Brasil, pela reforma agrária deixa de ser a luta contra o atraso, contra o latifúndio, e passa a ser uma luta contra o capital. A questão agrária, a produção agrária, a política agrária se revela na luta contra o capital e não pelo desenvolvimento do capitalismo no Brasil. [...] Portanto, esses elementos para nós, não se constituem como tarefas de uma revolução burguesa em atraso. Mas, desafios de uma revolução proletária em curso, o que muda profundamente nossa ótica sobre elas. (IASI, 2009).

Para Pinassi (2009), a questão agrária brasileira não está resolvida e a reivindicação por Reforma Agrária na atualidade pode conter um potencial de ruptura, pelos limites de sua realização nos marcos do capital:

[...] a luta pela terra não pode mais se dar no velho sentido da reforma agrária, da reforma agrária como política pública capaz de contribuir para o desenvolvimento do capitalismo no campo. O campo se desenvolveu e atrás de si carrega um problema social de proporções dramáticas [...] A transição tem que ser antineodesenvolvimentista, pois diferentemente do que ocorrera antes, no atual momento, de crise

estrutural do capital, o crescimento econômico não vem acompanhado de nenhum benefício para trabalhadores, nem mesmo para aqueles que permanecem organizados em torno de lutas historicamente defensivas, como os sindicatos e os partidos parlamentares. Assim, não se pode mais lutar por terra para simplesmente incluir-se no mundo do capital. (PINASSI, 2009, p. 63).

Este controverso debate tem como base de questionamento a própria realidade objetiva de como está organizado o campo brasileiro a partir do agronegócio e qual sua importância estratégica para a classe dominante no cenário internacional.

Segundo o governo, a economia depende do setor do agronegócio para manter o Brasil entre as principais potências econômicas. Como o modelo atual é basicamente produtor de commodities, tem peso fundamental na economia, principalmente no que se refere às exportações.

Os recursos destinados para financiamentos e créditos agrícolas, também demonstram uma expressiva prioridade ao agronegócio. É o que demonstram os dados do Plano Safra 2012/2013:

O plano para a agricultura comercial, cujos beneficiários são majoritariamente o setor do agronegócio, recebeu R\$ 115,25 bilhões. Houve um aumento de 7% do montante recebido ano passado. Do total, R\$ 28,25 bilhões serão destinados para investimentos e R\$ 86,95 para financiamento de custeio e comercialização. [...] O pacote destinado à agricultura familiar recebeu um total de R\$22,3 bilhões, sendo R\$ 18 bilhões para crédito de custeio e investimento à agricultura familiar e R\$ 4,3 bilhões para programas voltados à assistência técnica e aquisição de alimentos. (MST, 2012).

Tendo em vista o fortalecimento do agronegócio, ocorre no país um processo de reorganização do estado brasileiro, tanto no que diz respeito ao investimento, principalmente em termos de logística, como também de abertura de linhas de financiamento e aporte de recursos financeiros através do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

O BNDES tem representado um forte braço do Estado como indutor do crescimento econômico de várias empresas privadas, causando

diversos impactos socioambientais. Isso evidencia que o agronegócio é de fato, o projeto prioritário do Estado e do governo brasileiro.

Esse aporte econômico contribui para a consolidação hegemônica do modelo do agronegócio no campo brasileiro. Os elementos analisados demonstram que a prioridade máxima ao agronegócio por parte do Estado, promove um processo de *contra Reforma Agrária*.

É importante fazer uma distinção entre uma política de assentamentos e a realização de uma ampla Reforma Agrária. Se analisarmos o quadro dos decretos de desapropriação de terra, a partir de 1985 (portanto no período pós Ditadura civil militar) até 2012, podemos observar uma política de criação de assentamentos oscilante, mas existente. No entanto, a Reforma Agrária prevê medidas mais estruturantes que vão além da criação de novos assentamentos. Uma política de reforma agrária não é apenas a simples distribuição de terras, que até pode ser feita para amenizar problemas sociais pontuais. A Reforma Agrária é mais ampla, passa pela democratização da propriedade da terra e por uma mudança na estrutura agrária fundiária, criando as condições para o pleno desenvolvimento da pequena produção tanto do ponto de vista tecnológico, oferta de crédito e subsídio e garantia de comercialização, priorizando a produção diversificada de alimentos para satisfazer as necessidades da população e assegurar a soberania alimentar.

Os Governos da presidente Dilma Rousseff, bem como, os governos do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, são frutos de uma aparente composição de classes, materializado num amplo leque de alianças, cujo programa tem priorizado no campo, as grandes empresas e o agronegócio. Estes governos apostaram no estímulo ao mercado interno com base na oferta de crédito e incentivo ao consumo, o que gerou de forma efêmera um aumento na oferta de emprego. E, combinado a isso, desenvolveram um programa social de políticas compensatórias e de combate à pobreza, através de medidas de transferência de recursos, de caráter pontual, sem o desenvolvimento de medidas estruturais.

No campo brasileiro, a prioridade dada pelo Governo ao agronegócio, somada à força hegemônica que tem o setor, traz como consequência direta um contundente bloqueio à política estrutural da Reforma Agrária e inibe uma política de assentamentos, mesmo que pontual.

Outro fator que tem determinado tal bloqueio, tem sido a atuação da maioria dos representantes do Poder Judiciário, nas suas várias instâncias. Através da criminalização da luta e da organização dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, na morosidade para julgamento dos crimes do latifúndio e do agronegócio, o que fortalece a impunidade, nos rápidos julgamentos de reintegração de posse sem observar os elementos contraditórios que envolvem tal posse, na lentidão da análise dos processos agrários, atrasando as imissões de posse das áreas com decreto de desapropriação etc.

Todas essas questões colocam a Reforma Agrária sob um intenso debate. Claro está que, do ponto de vista do desenvolvimento capitalista no campo brasileiro, a Reforma Agrária está superada em definitivo, o que coloca a questão num patamar de rupturas estruturais a fim de garantir sua própria realização.

O SENTIDO DA REFORMA AGRÁRIA NA ATUALIDADE

REFORMA AGRÁRIA POPULAR E A ARTICULAÇÃO ENTRE AS ORGANIZAÇÕES DO CAMPO

A perspectiva política do projeto do agronegócio tem impactado diretamente os movimentos sociais que lutam pela democratização do acesso à terra e pela realização da Reforma Agrária. Tais impactos atingem os trabalhadores e as trabalhadoras rurais sem terra, os assentados e as assentadas, as comunidades indígenas, as comunidades tradicionais e quilombolas, os pescadores artesanais, os atingidos e as atingidas por barragens, os pequenos agricultores e as pequenas agricultoras, as comunidades extrativistas, os assalariados e as assalariadas rurais, bem como o proletariado do agronegócio, em geral.

Como já vimos anteriormente, a atuação do capital no campo, tem assumido formas desastrosas no que diz respeito ao meio ambiente, ao trabalho e à dimensão da sociabilidade camponesa.

A ofensiva do capital tem levado a luta por Reforma Agrária para um patamar de enfrentamento de classe. Há uma mudança significativa no caráter da luta pela terra e por mudanças estruturais no campo. Os movimentos sociais, que até então, se defrontavam com as forças do latifúndio e

seus métodos agressivos, mas previsíveis, estão diante de um novo cenário. O agronegócio preserva elementos fundamentais do latifúndio, mas consolida uma aliança entre diferentes frentes do capital: o capital financeiro e os bancos, os grandes proprietários de terra, as empresas transnacionais que controlam insumos, os preços e o comércio das mercadorias, a mídia burguesa e o aparato de Estado.

Mas para os movimentos sociais do campo não está posto somente o caminho do enfrentamento ao capital. Outra possibilidade é a de integração ao modelo, mesmo que de forma extremamente subordinada, criando uma espécie de *agronegocinho*.

A tentativa de integração dos movimentos sociais ao agronegócio tem sido feito em grande medida através das diferentes táticas de cooptação. Isso não é novo, mas na configuração atual, os métodos mais utilizados, são sutis e refinados, o que provoca muita confusão de caráter ideológico. Mas trilhar esse caminho recoloca um dilema para os movimentos: a integração necessariamente significa negociar a garantia de ganhos pontuais, tendo como moeda de troca a bandeira das mudanças estruturais, entre elas, a Reforma Agrária.

A questão se torna ainda mais complexa se analisarmos que na base social desses movimentos existe uma pressão objetiva por uma pauta econômica represada. O que move a base social dos movimentos sociais são necessidades concretas sem necessariamente manter a vinculação com uma dimensão política transformadora. Essas questões precisam ser consideradas para analisar a atuação e a perspectiva de projeção dos movimentos sociais.

Nesse sentido, é importante destacar o movimento em torno da construção unitária de ações em torno das Organizações Sociais do Campo. Historicamente os camponeses e as camponesas se organizaram de forma unitária na década de 1960 e a expressão maior dessa articulação foi materializada na realização do I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas sobre o caráter da reforma agrária, no ano de 1961, em Belo Horizonte, estado de Minas Gerais.

Essa unidade e força política levaram o governo de João Goulart a incorporar a reforma agrária como parte de suas reformas de base, contrariando os interesses das elites e transformando-se num dos elementos que levou ao golpe de 1964. Os governos golpistas perseguiram, tortu-

raram, aprisionaram e assassinaram lideranças, mas não destruíram o sonho, nem as lutas camponesas por um pedaço de chão. (TERRA DE DIREITOS, [2012]).

Depois de um longo período de luta e resistência dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais e da construção de instrumentos organizativos específicos, foram criadas as condições para a realização de uma nova articulação entre os movimentos do campo.

Após cinquenta e um anos, ocorreu em agosto de 2012 em Brasília, o Encontro Nacional Unitário de Trabalhadores e Trabalhadoras, Povos do Campo, das Águas e das Florestas, tendo como centralidade a luta de classes em torno da terra, atualmente expressa na luta por Reforma Agrária, Terra, Território e Dignidade.

Com a participação de cerca de cinco mil trabalhadores e trabalhadoras, o Encontro reuniu as principais forças políticas existentes no campo. A retomada dessa articulação, pode significar uma retomada histórica de ofensiva ao agronegócio e reafirmação da perspectiva da Reforma Agrária e de transformação social. Por enquanto essa articulação tem um potencial mobilizador, mas ainda é necessário um amadurecimento das relações sociais entre essas Organizações para que o sentido unitário se dê nos debates e principalmente nas lutas efetivas. E essa unidade não pode ter o sentido de pensamento único, ao contrário, deve abarcar as diferenças que cada Organização carrega e do movimento contraditório da luta de classes.

Outra articulação entre os camponeses e as camponesas, tem se dado através da consolidação da Via Campesina, que tem atuação em nível internacional com presença em todos os continentes. A Via Campesina do Brasil congrega movimentos sociais de expressão tais como o MST, o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), o MMC (Movimento das Mulheres Camponesas), o MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores).

A Via Campesina também tem participado e ajudado a fortalecer a construção da articulação unitária no campo, buscando consolidar relações com os outros Movimentos e Organizações existentes.

Na articulação em torno da Via Campesina, é possível notar maior coesão em torno da concepção de projeto de campo. Além disso,

ao longo de sua trajetória, a Via Campesina tem travado importantes lutas conjuntas envolvendo as bases sociais dos Movimentos que a compõem.

O MST integra a Via Campesina e tem ajudado a construir a articulação entre as diferentes forças que estavam presentes no Encontro Unitário realizado em Brasília. O MST completa trinta anos em 2014 e ao longo dessa trajetória foi reformulando seu programa e suas formas organizativas e de luta, pautado pelas contradições de um campo que se transformou para conservar a concentração das terras e da riqueza.

O atual Programa Agrário do MST foi definido no seu V Congresso, que ocorreu em 2007, em Brasília. O componente central desse Programa, é a defesa de uma Reforma Agrária Popular e a reflexão que culminou nessa

Na reflexão do MST, o esgotamento da possibilidade de uma Reforma Agrária do tipo clássica constrói um cenário com duas alternativas: a não realização efetiva da Reforma Agrária ou resignificação do Programa em torno dela.

O esforço contido no Programa de Reforma Agrária Popular vai nessa direção, combinado aos elementos de alteração estrutural da sociedade. Mas não basta ter isso claro somente no âmbito dos movimentos sociais do campo, é necessário agregar outros sujeitos da sociedade, especialmente da classe trabalhadora para se somar ao projeto.

O conteúdo do Programa de Reforma Agrária Popular traz componentes de uma luta de caráter antisistêmico. Não existe correlação de forças na atualidade para uma efetivação do Programa, mas para atingir esse objetivo o MST tem se lançado em tarefas organizativas e políticas que ocorrem numa intensa contradição entre avançar ou retroceder, presente como um dilema insistente no curso histórico das Organizações. Nesse sentido um dos maiores desafios que os movimentos sociais tem enfrentado é o de fazer a vinculação necessária entre a luta econômica e a luta política.

Estamos diante de um quadro que coloca ao MST o desafio (trans) histórico de enfrentar crônicos problemas do prussianismo colonial brasileiro – entre os quais se destaca a forte concentração da propriedade da terra (habilmente transformada pelo capital na mina de ouro do agronegócio) e lidar diretamente com alguns dos mais graves sintomas sociais da atualidade, personificados na militância atingida pelo

desemprego estrutural. Nessa medida, acredita-se que o MST, tanto quanto inúmeros outros movimentos sociais de massas que eclodem na América Latina, venham cobrar velhas dívidas específicas da constituição do capitalismo neste cantinho do mundo ao mesmo tempo em que procuram responder às suas contradições mais contemporâneas. O desafio está na predisposição, nas condições potenciais e possibilidades para superá-las radicalmente. (PINASSI, 2009, p. 78).

Diante da complexidade dos desafios que tem se defrontado, o MST realizou, em fevereiro de 2014, o seu VI Congresso, no qual definiu os rumos políticos da Organização para o próximo período histórico. Para tal, elencou alguns temas estruturais que tem norteado o debate entre sua base social de famílias acampadas e assentadas e suas diferentes instâncias organizadas em nível local, estadual e nacional. Os temas são os seguintes: o capitalismo no campo, a sociedade brasileira, a relação do Movimento com o Estado e os Governos, política de alianças, a estratégia e as táticas, a Reforma Agrária Popular e a trajetória e as perspectivas de projeção do MST.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do estudo realizado, é possível concluir que a questão agrária brasileira não está superada, nem tão pouco, encontrou uma solução definitiva para o campo, através da hegemonia do agronegócio.

A atualidade do capital no campo, tem trazido consequências dramáticas para a humanidade, principalmente em relação à destruição dos recursos naturais e na consolidação do desemprego estrutural.

A luta pela Reforma Agrária mudou de conteúdo devido às alterações no contexto da luta de classes no campo brasileiro. O agronegócio se consolidou de forma hegemônica, impondo limites destrutivos para os trabalhadores e para as trabalhadoras. Nesse cenário, o do MST e a Via Campesina, tem desenvolvido um processo de resistência, luta e enfrentamento ao capital, através das suas ações políticas.

As questões sintetizadas por Maria Orlanda Pinassi ajudam a pontuar a continuidade desse debate, não só para o MST, mas para os movimentos sociais do campo de maneira geral:

1. Para o MST, a luta pela terra constitui um fim ou uma mediação, uma continuidade ou uma ruptura com a ordem estabelecida pelo capital? Ou seja, o MST, pela natureza da luta mais imediata que defende, está historicamente condenado à regressividade ou é um movimento com potencialidades emancipatórias?
2. Em que medida o MST, um movimento social de massas centrado na luta pela terra, luta que carrega todo um lastro histórico, reformista e específico do capitalismo brasileiro, poderia ser uma alternativa mais universal e concreta para as necessidades atuais de atuação política ofensiva da classe trabalhadora frente à completude destrutiva do capital?
3. Até que ponto o MST, mediante a sua organização interna, cria condições para a formação de uma sociabilidade capaz de provocar rupturas com a relação-capital? (PINASSI, 2009, P. 70).

REFERÊNCIAS

FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

IASI, M. Palestra. In: SEMINÁRIO ESTRATÉGIA E TÁTICA DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA. Disponível em: <<http://dariodasilva.wordpress.com/2009/10/08/mauro-iasi-%E2%80%93-seminario-estrategia-e-tatica-da-revolucao-brasileira/>>. Acesso em: 23 jul. 2014.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TETRRRA. *Planos agrícolas promovem concentração de terra e especulação financeira*. 2012. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/13626>>. Acesso em 18 jul. 2013.

MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.

PINASSI, M. O. *Da miséria ideológica à crise do capital: uma reconciliação histórica*. São Paulo: Boitempo, 2009.

TERRA DE DIREITOS. Organização de Direitos Humanos. *Declaração do Encontro Nacional Unitário dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, das águas e das florestas*. [2012]. Disponível em: <<http://terradedireitos.org.br/2012/08/24/declaracao-do-encontro-nacional-unitario-dos-trabalhadores-e-trabalhadoras-e-povos-do-campo-das-aguas-e-das-florestas/>>. Acesso em: 13 dez. 2014.